

14 FEV 1987

Quem vai decidir para a renegociação

ESTADO DE SÃO PAULO

Div. Externa

A pior consequência que adveio para o Brasil do desentendimento entre o sr. Fernão Bracher, enquanto presidente do Banco Central, e o ministro Dilson Funaro é, sem dúvida, o atraso já verificado no reinício das conversações com os bancos credores sobre a renegociação da dívida externa brasileira. Esse atraso pode provocar crise cambial de grande amplitude, a qual afetará o crescimento econômico.

O sr. Fernão Bracher havia consultado os banqueiros norte-americanos e depois de acordo com o Clube de Paris se preparava para ir à Europa a fim de realizar idêntica sondagem junto aos grandes credores do Velho Continente. Aos banqueiros norte-americanos ele tinha apresentado sua previsão do comportamento do balanço de pagamentos do Brasil em 1987. Partindo da hipótese de um forte desaquecimento da demanda interna, o sr. Fernão Bracher considerava possível, mediante política cambial realista (da qual, no entanto, se excluía a hipótese de uma maxidesvalorização), que o Brasil apresentasse um superávit de 10,2 bilhões de dólares em sua balança comercial. Na véspera de sua saída do Banco Central, defendia

esse objetivo. Sem conhecer ainda o resultado da renegociação com o Clube de Paris, avaliava, na época, para os banqueiros norte-americanos, em 3,5 bilhões de dólares as necessidades de *new money* para fechar o balanço de pagamentos. Depois da conclusão da renegociação com o Clube de Paris, a situação apresentou-se pior do que Bracher imaginava.

Com efeito, apesar dos boletins de vitória emitidos pelo governo, o acordo com o Clube de Paris não foi tão favorável quanto se previa. Das dívidas vencidas em 1987, só o principal (e não os juros) do que é devido no primeiro semestre foi escalonado, acrescentando-se juros de mora sobre os atrasos de 1985/86. Por outro lado, não se conseguiu o compromisso firme de reabrir as carteiras de empréstimos das agências oficiais de crédito, fato indispensável para aliviar os desembolsos destinados a custear importações no presente exercício. Com esse malogro, as necessidades de *new money* subiram para quatro ou cinco bilhões de dólares, com uma participação dos bancos comerciais estimada em cerca de dois bilhões.

Por outro lado, a estimativa de um superávit de 10,2 bilhões de dólares na balança comercial é considerada muito ambiciosa pelo Ministério da Fazenda, que não aceita seguir uma política que alguns ainda insistem em chamar de "modelo exportador". Ora, se as reservas, como afirma o ministro da Fazenda, eram de quatro bilhões de dólares em dezembro de 1986, os resultados da balança comercial nos primeiros meses do ano (confirmados pelo diretor da Cacex no tocante a janeiro, que deve acusar superávit em torno de cem milhões de dólares, isto é, o pior resultado desde outubro de 1982...) permitem prever dramática redução delas. As reservas poderão cair, no primeiro trimestre, para dois bilhões de dólares, mesmo com fortes restrições das importações.

O sr. Fernão Bracher, em seus contatos no Exterior, sentira que seria impossível obter um acordo plurianual enquanto o Brasil se recusasse a ir ao FMI, e sabia que a obtenção de *new money* (provavelmente mediante novas operações realizadas fora do âmbito do comitê de assessoramento dos bancos) se faria à custa da renúncia a uma redução sensível do *spread*.

É este o clima em que o novo presidente do Banco Central inicia sua gestão. S. sa. tem não apenas de enfrentar os credores como as idéias dos assessores do ministro da Fazenda. Antes, os ministros decidiam e, se tinham assessores, esses nunca faziam declarações em nome do ministro (o ministro Mário Henrique Simonsen demitiu um dos seus mais próximos colaboradores por não respeitar tal norma). Hoje, a economia brasileira está nas mãos dos assessores, que parecem ditar as normas. É assim que o economista Paulo Nogueira Batista Filho, consultor do ministro Dilson Funaro, afirma que "o Brasil tem um enorme poder de barganha de sua dívida externa, que ainda não foi explorado", e prega uma negociação mais dura com os credores. O sr. Francisco Gros poderá seguir os rumos fixados pelo assessor do ministro da Fazenda na medida em que o Brasil conseguiu uma suspensão dos pagamentos de nossos compromissos até o final do próximo mês. Antes de os prazos de vencimento voltarem a contar, seria necessário definir claramente a quem cabe conduzir a renegociação com os credores do Brasil...